

6. Plano de Ação Ambiental e Social (PAAS)

nº	Aspecto	Medida	Produto/resultados	Previsão de conclusão
Padrão de Desempenho 1: Avaliação e Gestão de Riscos e Impactos Socioambientais				
1	Identificação de riscos e impactos	<p>1. Elaborar um adendo ao EIAS de modo a incluir a identificação de riscos ambientais e sociais e medidas de mitigação para i) a linha de transmissão e subestação da LDC e ii) a linha de transmissão e subestação dedicada da CEMIG; iii) a estrada de acesso da LMG-748 ao local da fábrica de celulose solúvel; e</p> <p>2. Fazer uma avaliação de impacto cumulativo sobre a qualidade da água ambiente considerando os usuários de água a jusante.</p>	<p>1.1 Adendo ao EIAS concluído</p> <p>1.2 Avaliação do impacto cumulativo sobre a qualidade da água</p>	<p>1.1 Antes da Aprovação</p> <p>1.2 Antes da Aprovação (concluído)</p>
2	Avaliação ambiental e social	<p>1. Elaborar uma atualização do EIAS de modo a incluir i) a linha de base de ruído atualizada em linha com as boas práticas internacionais do setor; ii) o modelo revisado de propagação de ruído, com fontes fixas e móveis (ou seja, tráfego de caminhões) na cerca do projeto e em receptores sensíveis; e iii) medidas de mitigação, se necessário. A linha de base do ruído precisará conter i) a caracterização dos níveis de ruído de fundo em receptores sensíveis em potencial, tanto na Fazenda Quilombo (captação/subestação de água) como na Fazenda Nova Monte Carmelo (fábrica de celulose); ii) tempos de medição estatisticamente significativos e iii) medições a uma distância suficiente das superfícies refletoras (isto é, 1,5 m acima do solo e 3 m das superfícies refletoras).</p>	2.1 Adendo ao EIAS concluído	2.1 Antes da Aprovação
3	Programas de Gestão e Sistema de Gestão Ambiental, Social e de Saúde e Segurança (SGAS)	<p>1. Conceber e adotar um manual do SGAS para a construção, a fim de informar os empreiteiros sobre os elementos em que eles precisam se concentrar. O SGAS conterá listas de verificação ambiental, de saúde e de segurança, planos de inspeção os principais indicadores de desempenho e para avaliar o desempenho dos empreiteiros. Os desvios serão registrados em uma base de dados para permitir a análise e a tomada de decisões no nível gerencial.</p>	3.1 Manual do SGAS e respectivo sistema adotados para a construção	3.1 Antes da Assinatura
4		<p>1. Elaborar o SGAS (políticas, planos, procedimentos) para a fase de operação com base no Plano de Controle Ambiental (PCA) e medidas adicionais de mitigação identificadas pelos adendos ao EIAS (ver os itens 1 e 2 do PAAS) e em linha com os requisitos do Padrão de Desempenho 1.</p>	4.1 SGAS para a fase de operação	4.1 Três meses antes do início

nº	Aspecto	Medida	Produto/resultaado	Previsão de conclusão
5		Repetir o estudo sobre perigos e operabilidade e fazer uma avaliação de risco quantitativa para confirmar que nenhum impacto negativo para as pessoas nem para o meio ambiente ocorrerá nos cenários mais pessimistas. A LDC submeterá esses estudos à apreciação da FCAS para revisão como parte de seu escopo de trabalho.	5.1 Estudo sobre perigos e operabilidade e avaliação de risco quantitativa revisados	5.1 Um mês após a conclusão da engenharia detalhada
6		Elaborar um plano de monitoramento ambiental, abrangendo: i) os parâmetros a serem monitorados; ii) a metodologia de monitoramento; iii) a localização e frequência do monitoramento; iv) as referências pertinentes (ou seja, a regulamentação brasileira, as Diretrizes de Meio Ambiente, Saúde e Segurança do Grupo Banco Mundial, as diretrizes das boas práticas internacionais do setor (Organização Mundial da Saúde – OMS, melhores tecnologias disponíveis – MTD da União Europeia, etc.) e v) os padrões numéricos adotados pelo Projeto.	6.1 Plano de monitoramento ambiental para operação	6.1 Três meses antes do início
7		1. Estabelecer uma equipe adequada para implementar os processos ambientais e sociais visando a construção e operação.	7.1. Apresentar uma estrutura organizacional que defina funções, responsabilidades e autoridade para implementar o SGAS	7.1 Antes da Assinatura
8	Capacidade e competência organizacional	1. Nomear um especialista social com experiência adequada para gerir e coordenar os assuntos e planos sociais gerais relacionados a todos os componentes do Projeto (por exemplo, linha de base socioeconômica, plano de envolvimento das partes interessadas, mecanismo de queixas, procedimento de aquisição de terras, gestão do influxo, estratégia de contratação local).	8.1 Contrato com especialista social sênior de acordo com os requisitos do cargo	8.1 Antes da Assinatura
9	Identificação de riscos e impactos	Elaborar uma linha de base socioeconômica para a área de influência do Projeto de acordo com o nível de impacto e centrada na identificação de grupos vulneráveis. A linha de base conterá: 1) pontos de dados primários ou recenseamento das pessoas afetadas pela aquisição de terras e dos vizinhos adjacentes aos componentes do projeto (isto é, plantações florestais, fábrica de celulose solúvel, linha de transmissão, sistema de água, principais rotas de transporte) e 2) pontos de dados secundários ou macrodados referentes aos municípios de Indianópolis, Estrela do Sul, Nova Ponte, Araguari e Uberlândia.	9.1 Linha de base socioeconômica para pessoas afetadas pela aquisição de terras (estrada de acesso, sistema de água/efluentes, linha de transmissão) 9.2 Linha de base socioeconômica para os vizinhos adjacentes aos componentes do Projeto e municípios da área de influência do Projeto	9.1 Antes da Aprovação 9.2 Antes da Assinatura
10	Envolvimento permanente com as comunidades afetadas	1. Atualizar o plano de envolvimento de partes interessadas com base nos resultados da linha de base socioeconômica para todos os componentes do Projeto. Esse plano abrangerá: i) a identificação e priorização das principais partes interessadas; ii) o mapeamento e categorização das partes interessadas; iii) os critérios para identificação de grupos vulneráveis, povos indígenas e comunidades tradicionais	10.1 Plano de envolvimento das partes interessadas para todos os componentes do Projeto	10.1 Antes do primeiro desembolso

nº	Aspecto	Medida	Produto/resultados	Previsão de conclusão
		(por ex., quilombolas); iv) as informações a serem divulgadas a cada grupo de partes interessadas; v) a estratégia de divulgação de informações, consulta e coleta/análise de <i>feedback</i> ; vi) o mecanismo externo de queixas para as reclamações apresentadas diretamente ou na interação com os empreiteiros; vii) os principais indicadores de desempenho (por exemplo, reclamações recebidas vs. resolvidas, reuniões executadas vs. planejadas, etc.) e viii) o monitoramento socioeconômico.		
11		1. A LDC usará esforços comercialmente razoáveis para desenvolver um programa de monitoramento da qualidade da água, conforme descrito no plano de envolvimento das partes interessadas.	11.1 Evidência de implementação de um programa de monitoramento conjunto da qualidade da água	11.1 Seis meses após o primeiro desembolso
Padrão de Desempenho 2: Condições de Emprego e Trabalho				
12	Condições de trabalho e gestão das relações de trabalho	1. Elaborar e adotar uma estratégia para promover a contratação e a promoção de mulheres durante as operações tanto na fábrica como nas plantações florestais. A estratégia também identificará e abordará os riscos para as mulheres em termos de segurança no local de trabalho (por exemplo, transporte, trabalho em locais isolados, equipamentos de proteção pessoal – EPI adequados) para garantir que a segurança não represente uma barreira às oportunidades de emprego para as mulheres em funções não tradicionais.	12.1 Estratégia documentada para a promoção do emprego das mulheres	12.1 Um ano após o primeiro desembolso
13		1. Elaborar o código de conduta da LDC para chefes e funcionários envolvidos na construção civil, ao qual a adesão será obrigatória. O código de conduta tratará do comportamento esperado no local de construção e na área de influência do Projeto, abrangendo a prevenção do assédio sexual no local de trabalho, a exploração e abuso sexual em comunidades locais e regras para interações com comunidades locais. O código deverá ser incorporado ao treinamento admissional e em campanhas de comunicação no local de trabalho e nas comunidades em situação de risco.	13.1 Código de conduta para a construção	13.1 Antes da Assinatura
14	Mecanismo de queixas	1. Formular e implementar políticas e procedimentos que abordem o assédio sexual no local de trabalho. Como parte dos procedimentos, zelar para que o mecanismo de queixas dos funcionários seja adaptado para receber e tratar questões relacionadas ao assédio sexual no local de trabalho, com um mecanismo que garanta a confidencialidade dos funcionários que façam uma denúncia desse tipo de assédio (sobreviventes e testemunhas), o envolvimento dos sobreviventes na	14.1 Políticas e procedimentos sobre o assédio sexual aprovados	14.1 Antes do primeiro desembolso

nº	Aspecto	Medida	Produto/resultados	Previsão de conclusão
		tomada de decisões sobre respostas e as consequências para quem cometa assédio no local de trabalho. Comunicar essa política internamente e aos empreiteiros e fornecedores.		
15	Gestão de influxos e redução de quadros	Elaborar um plano de gestão da força de trabalho para a construção, contendo: i) uma estratégia e procedimento de recrutamento local; ii) um plano de alojamento dos trabalhadores em conformidade com a Norma Regulamentadora NR-18 do Ministério do Trabalho do Brasil sobre Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção e a Nota de Orientação da IFC sobre o alojamento dos trabalhadores e iii) um plano de desmobilização para mitigar os impactos negativos sobre os trabalhadores e comunidades receptoras (por ex., período de aviso prévio, mecanismo para assegurar o pagamento de indenização compensatória, programas proativos para assegurar a reentrada de trabalhadores não locais, a mitigação dos prejuízos deixados pelos trabalhadores nas comunidades de acolhimento, como contas sem pagar e indenização por danos, etc.).	15.1 Plano de gestão da força de trabalho que altere o contrato dos Serviços Centrais	15.1 Antes da Assinatura
Padrão de Desempenho 3: Eficiência de Recursos e Prevenção da Poluição				
16		1. Instalar e operar uma estação de tratamento terciário de águas residuais para reduzir a concentração de nutrientes e COD em seus efluentes, conforme necessário.	16.1 Evidência de que a estação de tratamento terciário foi implementada e está em operação	16.1 Até o início das atividades
17	Prevenção e redução da poluição	1. Compartilhar os resultados do monitoramento da qualidade da água com o Comitê da Bacia Hidrográfica do Araguari (CBH Araguari), desde que o CBH concorde em promover essas reuniões; e 2. Compartilhar os resultados do monitoramento dos efluentes a cada trimestre em reuniões abertas no Comitê da Bacia Hidrográfica do Araguari (CBH Araguari), desde que o CBH concorde em promover essas reuniões e receba os resultados da LDC.	17.1 Evidência da apresentação dos resultados da qualidade da água 17.2 Evidência da apresentação dos resultados da qualidade da água (construção, operação) e dos efluentes (operação)	17.1 Antes do primeiro desembolso 17.2 Durante a implementação do Projeto (Relatório de Conformidade Ambiental e Social – RCAS)
18	Gestão de resíduos sólidos	1. Elaborar um plano de gestão e base de dados de resíduos de acordo com os requisitos do Padrão de Desempenho 3 para que os resíduos sejam tratados e eliminados de uma forma ambientalmente segura e para garantir a rastreabilidade e cadeia de custódia dos resíduos.	18.1 Plano de gestão de resíduos para a construção	18.1 Antes do primeiro desembolso
19		1. Elaborar um plano de gestão e base de dados de resíduos para as operações de acordo com os requisitos do Padrão de Desempenho 3 para que os resíduos sejam tratados e eliminados de uma forma	19.2 Plano de gestão de resíduos para as operações	19.2 Três meses antes do início das atividades

nº	Aspecto	Medida	Produto/resultados	Previsão de conclusão
		ambientalmente segura e para garantir a rastreabilidade e cadeia de custódia dos resíduos.		
Padrão de Desempenho 4: Saúde e Segurança da Comunidade				
20	Gestão do influxo e exposição da comunidade a doenças e violência de gênero/assédio sexual	1. Elaborar um plano de gestão do influxo para avaliar, mitigar e monitorar os impactos da imigração induzida pelo projeto em: i) serviços públicos (ou seja, médicos, escolas, água e saneamento); ii) segurança pública e iii) violência de gênero (VG). O plano se concentrará nos grupos vulneráveis e pequenos municípios com baixa capacidade para gerir os impactos. O plano identificará os indicadores socioeconômicos a serem monitorados e considerará a implementação de um comitê de monitoramento socioeconômico participativo — dirigido a pequenos municípios — para monitorar os impactos e implementar medidas mitigatórias conforme necessário.	20.1 Plano de gestão do influxo para a construção	20.1 Antes do primeiro desembolso
21	Saúde e segurança comunitária – Atividades de transporte	1. Elaborar um plano de segurança de transporte para mitigar os riscos para o meio ambiente e para as comunidades expostas ao aumento do tráfego como resultado das atividades do projeto (por exemplo, transporte de equipamentos, materiais perigosos, madeira, produtos acabados, etc.). O plano abrangerá a identificação de locais vulneráveis e procedimentos para resposta a emergências e será formulado em consulta com grupos e organizações apropriados. O plano conterá um procedimento de compensação de danos ligado ao mecanismo de queixas externas da LDC.	21.1 Plano de segurança de transporte para operações	21.1 Seis meses antes do início das atividades
Padrão de Desempenho 5: Aquisição de Terra e Reassentamento Involuntário				
22	Planejamento e implementação da restauração dos meios de subsistência	1. Elaborar um procedimento de aquisição/arrendamento de terras baseado no quadro de aquisição de terras para a ampliação de plantações florestais, centrado em evitar e minimizar os impactos negativos sobre grupos vulneráveis, como o deslocamento físico ou econômico. Será feito um levantamento das pessoas afetadas pela aquisição com base em aspectos socioeconômicos com o objetivo de identificar, evitar e mitigar impactos sobre grupos vulneráveis (ou seja, meeiros, locatários, guardiões, trabalhadores rurais, comunidades tradicionais). Se necessário, serão tomadas medidas para restabelecer os meios de subsistência. Os usuários da terra (além dos proprietários) serão incluídos. Todas as pessoas afetadas serão incluídas no plano de envolvimento das partes interessadas e terão acesso ao mecanismo de queixas.	22.1 Procedimento de aquisição/arrendamento de terras para a ampliação das plantações florestais	22.1 Antes do primeiro desembolso

nº	Aspecto	Medida	Produto/resultados	Previsão de conclusão
23	Deslocamento econômico	1. Elaborar um relatório de aquisição de terras para terras já adquiridas para a linha de transmissão, o sistema água/efluentes e a estrada de acesso, i) descrevendo o processo realizado junto com a documentação comprobatória; ii) identificando as lacunas em relação ao quadro de aquisição de terras e iii) documentando um plano de ação para fechar as lacunas. Esse relatório de aquisição de terras destina-se a identificar e mitigar os impactos sobre as pessoas afetadas que não foram consideradas no âmbito do processo de compensação, concentrando-se nos grupos vulneráveis em potencial que diferem dos proprietários das terras.	23.1 Relatório de aquisição de terras para infraestrutura linear	23.1 Antes da Assinatura
Padrão de Desempenho 8: Patrimônio Cultural				
24		1. Elaborar um procedimento para descobertas fortuitas para as obras civis e transmitir o procedimento aos empreiteiros.	24.1 Procedimento para descobertas fortuitas	24.1 Antes da Assinatura